

**Inclusão no discurso e exclusão, na prática: vozes de educandos com deficiência na  
Universidade Federal do Acre entre 2016–2022**

*Inclusion in discourse and exclusion, in practice: voices of students with disabilities at the  
Federal University of Acre between 2016–2022*

Antonia Diniz  
**Universidade Federal do Acre (UFAC)**  
Rio Branco-Brasil

Ricardo dos Santos Pereira  
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC)**  
Rio Branco-Brasil

**Resumo**

A exclusão de pessoas com deficiência (PcD) é uma grave problemática social, a qual ainda está enraizada na sociedade brasileira. Na educação nacional, este panorama não se mostra diferente. Este quadro representa um empecilho na inclusão e no desenvolvimento destes estudantes. Desta forma, este artigo investigou o processo de inclusão dos alunos com deficiência na Universidade Federal do Acre. Foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevistas, que contemplou 29 acadêmicos(as) com deficiência e 02 profissionais com deficiência visual atuantes na área da inclusão. Concluiu-se que há diversos fatores que geram exclusão no contexto da educação superior e que o processo de inclusão vem ocorrendo lentamente, quase sempre por força de lei.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade Atitudinal; Diversidade Social; Deficiência.

**Abstract**

The exclusion of people with disabilities (PwD) is a grave social problem, which is still rooted in Brazilian society. At the national education, this scenario is no different. This framework represents an obstacle to the inclusion and development of these students. Thus, this article investigated the process of inclusion of students with disabilities at the Federal University of Acre. It was realized a qualitative research that was carried out through interviews, that was contemplated for 29 students with disabilities and 02 professionals with visual impairment active in the area of inclusion. It was concluded that there are several factors that generate exclusion in the context of higher education and that the inclusion process has been happening slowly, almost always by force of law.

**Key Words:** Attitudinal Accessibility; Social Diversity; Disability.

## **Introdução**

O estudo em tela visa contribuir com a comunidade acadêmica no sentido de instigar o senso de empatia, respeito às diferenças e que a inclusão vá além da obrigatoriedade do cumprimento das leis que regem os direitos das pessoas com deficiência, principalmente, que o processo educativo das pessoas com deficiência seja construído numa perspectiva colaborativa. Considerando que o ensino superior tem o papel de desenvolver nos discentes habilidades crítico-reflexivas, é inaceitável que as práticas excludentes em sala de aula ainda sejam tão presentes na vida das Pessoas com Deficiência, que doravante nomearemos de PcD.

Sabemos que não é uma tarefa fácil mudar a concepção da sociedade acerca do ideário arraigado na cultura que as PcD são incapazes, todavia, essa mudança de paradigma se faz urgente porque também já se sabe que a atual realidade político-legal destas, reflete numa nova perspectiva, as quais devem ser respeitadas por suas diferenças recebendo condições iguais as demais pessoas, conforme as severa a nova lei de inclusão (BRASIL, 2015).

Para tanto, investigou-se o trato dado pelos professores e alunos tidos sem deficiência, de alguns cursos de graduação (Nutrição, Psicologia, Língua Brasileira de Sinais/Libras Educação física dentre outros), bem como os recursos e serviços ofertados pelo Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), aos estudantes com deficiência na sala de aula na Universidade Federal do Acre (UFAC), na tentativa de responder a seguinte problemática: Como os estudantes com deficiência lidam com o processo de inclusão no ensino superior, considerando suas vivências no contexto da sala de aula em cursos da Ufac Campus Rio Branco? Esta pesquisa se justifica a fim de trazer à baila dores, silenciamentos, apagamentos, capacitismo e invisibilidade dessas pessoas nos espaços educacionais e, fundamentalmente, apontar possíveis avanços.

Tal investigação foi desenvolvida com base no objetivo geral "Compreender como os acadêmicos com deficiência lidam com o processo de inclusão no ensino superior". Como objetivos específicos, temos: 1- Discutir as possíveis consequências oriundas da rejeição, apagamento, silenciamento, capacitismo e invisibilidade destas pessoas que são muitas vezes rotuladas pela deficiência. 2- Descrever se houver situações de exclusão com os discentes PcD no ensino superior.

Assim, busca-se colaborar com a educação das pessoas com deficiência, especialmente no ensino superior, de modo a reduzir as práticas de exclusão social que prejudicam não só nos ambientes de sala de aula, mas também a vida diária, afetando seu psicológico, acarretando diversos traumas, desde sensação de tristeza e abandono do curso, até quadro depressivo grave.

### **Métodos e Materiais**

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, por analisar os dados a partir de uma perspectiva detalhada visa compreender os fatos à luz das especificidades, primando pela qualidade e complexidade dos acontecimentos, a fim de alcançar os resultados esperados (GIL, 2008).

Ancorou-se de revisão bibliográfica e documental, visto que, se baseia em recursos teóricos e legislação para fundamentação, além dos dados coletados em campo. Nesse sentido, pode ser considerada uma pesquisa de campo, ao contar com dados empíricos a partir dos participantes indagados acerca do processo inclusivo na sala de aula na UFAC.

A investigação considerou o período de 2016 a 2022, a partir da implementação da Lei nº 13.409 (Lei de cotas/PcD no ensino superior e técnico/tecnológico).

As principais fontes de busca foram *Google Acadêmico* e *Scielo*. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada.

O público-alvo são estudantes com deficiência de cursos de graduação da Ufac - *Campus Rio Branco* e profissionais com deficiência visual que atuam no âmbito da educação especial, no período de 2016 a 2022. Neste processo, foi utilizado como critério de inclusão o público-alvo que possui alguma necessidade de adaptação dos materiais didático-pedagógicos, recursos e serviços especializados (ampliação de letras, aparelhos auditivos, monitoria, tutoria, leitor/transcritor, adaptações nas provas: orais, objetivas, subjetivas explicativa, ilustrativa etc.) e que aceitou participar da pesquisa.

A partir de informações da coordenação do Núcleo de Apoio à Inclusão/UFAC, no ano de 2022 cerca de 600 acadêmicos se declararam com alguma deficiência no ato da matrícula e, destes, cerca de 100 estudantes necessitam de acompanhamento educacional especializado. Assim, foram entrevistados 29 alunos PcD.

## *Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

Registre-se que todas as informações acerca desta pesquisa obedecem a critérios éticos, onde todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (TLCE).

### **Diálogo teórico-prático**

Para fundamentação teórica recorreu-se a literaturas que versam acerca do processo de inclusão da pessoa com deficiência e legislação vigente. Dentre elas, podemos citar autores como: Mantoan (2012), Ferrari; Sekkel (2007), Camargo (2017), Diniz (2007), Borges *et al.* (2013), Ferreira Netto (2018), Cabral, Orlando e Meletti (2020), Filgueira (2011), Carvalho-Freitas e Marques (2010), Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), Lei de Cotas (BRASIL, 2016), Constituição Federal (BRASIL, 1988), Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), Declaração de Salamanca (1994), Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006), Política Nacional de Inclusão (BRASIL, 2008), Decreto nº 6949/2009 (BRASIL, 2009), Decreto nº 7611/2011 (BRASIL, 2011), dentre outras.

As discussões teórico-legais possibilitaram maior compreensão em desenvolver a presente pesquisa de maneira científica e crítico-reflexiva, posto que fundamentarão dados empíricos. Intercruzando teoria/prática, com intuito de demonstrar dimensões contextualizadas fidedignamente, visando chamar atenção de leitores e escritores a endossarem ações voltadas à inclusão das pessoas com deficiência no contexto do ensino superior da citada universidade, bem como reflexões sociais, seja por meio do debate, seja pela escrita, que a sociedade reconheça o lugar de fala das pessoas com deficiência, cuja voz vem sendo silenciada da antiguidade à contemporaneidade (CORRENT, 2016).

Assim, destaca-se o conceito de deficiência definido na Convenção da ONU (2006):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Os espaços educacionais devem ser inclusivos, onde todos os estudantes sejam iguais a partir de suas diferenças (MANTOAN, 2012). A Universidade é lugar multicultural e intercultural, ambiente de tensões e contradições. Portanto, lugar de diversidade, onde o

ensino, extensão e pesquisa sejam alicerçados no respeito, na criticidade construtiva e na solidariedade humana (BORGES *et al.*, 2013).

Camargo (2017), corrobora dizendo que os espaços educacionais são por natureza ambientes sociais multifacetados, ao passo que oferecem ensino-aprendizagem, também há problemas de difícil resolução como a exclusão que ocorre com as pessoas com deficiência ao longo da História da humanidade. Mesmo sendo uma problemática de conhecimento público, que cabe criminalização de tais atitudes excludentes, segue ocupando lugar na realidade destas pessoas, fazendo vítimas e oprimindo de forma gratuita a quem encontra-se na condição de PcD.

Na esteira de uma sociedade capitalista, feita a do Brasil, a sobreposição, o elitismo, a individualidade, são “ingredientes” que acarretam desigualdades diversas, lançando mão do discurso suave atenuante dos males sociais para camuflar a realidade experienciada por indivíduos e grupos considerados excluídos (marginais), tudo para cultivar a cultura de dominantes X dominados, fortalecendo ainda mais as barreiras atitudinais. Depreende-se, então, que a descontinuidade formativa, a cultura temos que:

Barreiras atitudinais podem ser definidas como meios que dificultam o acesso de pessoas com deficiências a diferentes locais. Porém, não para não existir acesso físico, mas sim, de existirem atitudes de preconceito ou de não-inclusão por parte das pessoas que frequentam os espaços. Essas atitudes podem ser conscientes ou não, derivadas de um preconceito explícito ou não. O termo se relaciona com o conceito de Capacitismo, uma forma de preconceito contra as pessoas com deficiência em que se julgam incapazes ou que tem a necessidade de serem tuteladas por uma incapacidade de conviver ou realizar atividades (FERREIRA NETTO, 2018, p. 01).

O ideário do corpo perfeito, venerado principalmente na Grécia na cidade de Esparta, difundiu-se no mundo como a única forma de se pensar a “normalidade” dos corpos. Isso, gerou a compreensão na sociedade de incapacidade naquelas pessoas que apresentavam deficiência lhes causando a morte, abandono, exploração, condição de menos “humanas”, castigo de Deus etc. Assim, o padrão de corpo permanece sendo o parâmetro que “mede a capacidade dos sujeitos”. As pessoas que fogem essa “normalidade” acabam por sofrer exclusão em todos os âmbitos da sociedade (CORRENT, 2016; DINIZ, 2021).

Considerando que a escola oportuniza inúmeras possibilidades de aprendizado, pois há construção de saberes e fazeres, acredita-se que seja um campo fértil para haver

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

ressignificações no pensar e agir da comunidade escolar, na qual possa existir colaboração mútua no sentido de proporcionar ambientes acessíveis. A instituição de ensino deve tomar posição frente ao processo de inclusão dos educandos com deficiência para poderem desenvolver suas habilidades e competências respeitadas suas especificidades. FERRARI; SEKKEL (2007), (2007); BRASIL (2011)

A Constituição Federal de 1988, no art. 208, assevera que o ensino para as pessoas com deficiência deve ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino e que seja dado todo o suporte de acessibilidade a estes alunos. Todavia, isto não vem sendo cumprido na forma da lei, visto que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda é incipiente, principalmente nas instituições federais de Ensino superior (ALVES 2009).

A LDB nº 9394/1996, nos artigos 58 e 59, trata sobre a Educação Especial e designa diretrizes para sua exequibilidade pelos sistemas educacionais.

A seguir expôs-se o conceito de Educação Especial por outro ponto de vista:

Educação Especial é uma modalidade de ensino definida como um conjunto de recursos e serviços especiais, tudo para haver uma educação formal dos educandos que apresentam necessidades muito diferentes daquelas do aluno comum” (BRASIL, 2008, p. 6).

A Educação Especial tem caráter transversal, tendo o papel de viabilizar a inclusão dos educandos PcD em todos os níveis e modalidades de ensino. Registre-se que não é um ensino diferenciado, mas sim, condições adaptativas de acessibilidade ao ensino comum. Apesar dos avanços tecnológicos e científicos auxiliados significativamente no cotidiano dessas pessoas, as atitudes humanas efetivadas no ato de excluir permanecem arcaicas e danosas.

### **Conceito do AEE**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), necessita ser debatido numa perspectiva mais ampla com vistas a incutir nos educadores e educandos o que de fato é esse atendimento especializado, buscando desconstruir a visão que discursivamente “existem alunos da Educação Especial cursando a Educação Superior”.

Os alunos com Deficiência muitas vezes chegam na academia sem ter o conhecimento acerca de seus direitos, sequer sabem da existência do núcleo de apoio à

inclusão. Cabe os setores responsáveis atuarem numa perspectiva colaborativa, de modo a acolher e darem condições de permanência e conclusão de seus cursos.

Na Educação Básica, a depender do caso, as PcD podem contar com o apoio de mediadores, cuidadores e sala de recursos multifuncionais com objetivo de ofertar igualdade de condições com as demais pessoas (MEC, 2008). No entanto, estes recursos e serviços de mediação e cuidadores do AEE ainda não são disponibilizados por algumas universidades, como a UFAC, situação que suscitou estratégias como o apoio de monitoria e tutoria (bolsistas colegas monitores ou de áreas afins para dar suporte na elaboração de atividades; interação social, mediação com os docentes, o Núcleo de Acessibilidade e alunos PcD e reforços de tutores estudantes do mesmo curso das PcD, porém, de períodos avançados com vistas a não deixar os alunos desassistidos (informações obtidas com a Coordenação do Núcleo de Apoio à Inclusão/Ufac (2022).

As práticas de exclusão são recorrentes nas Universidades brasileiras, acontecem por vieses diferentes e em situações corriqueiras, os discentes com deficiência sofrem preconceito, discriminação explícitas, capacitismo e silenciamento. Certos olhares perversos, os condenam a ser ignorados como se nesses sujeitos não existisse um ser humano que é filho, pai, irmão, sonhador, uma alma que sente as dores da exclusão de uma sociedade que nem teve tempo para se pôr no lugar do outro (CABRAL, ORLANDO E MELETTI, 2020).

Além disso, há práticas excludentes que parecem se perpetuar se deslocando apenas nos modos de realização, aquilo que era mais corriqueiro, como extermínio, agressão física, abandono, passaram a ser de cunho psicológico causadas por gestos, ações discursivas, silenciamento, dentre outros (GUGEL, 2015; CORRENT, 2016).

Os fatores pedagógicos e sociais, em certa medida estável, influenciam na interação, na comunicação com o professor, alunos com deficiência, porque os professores estão acostumados com seus planos de aula e a lidarem com alunos “ditos normais”. Sendo assim, difícil superar o pragmatismo. Ainda são orientados a participar da inclusão e não a ser parte dela. Assim, a sociedade segue reproduzindo preconceito e discriminação com as PcD, tornando o ambiente de sala de aula um espaço potencializador da exclusão (LEITE, 2019). E a proposta da Educação inclusiva por intermédio dos núcleos de acessibilidade ainda não consegue sensibilizar o corpo docente a flexibilizar e adaptar o currículo, e nem a comunidade acadêmica no sentido de minimizar a exclusão dentro e fora

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

do ensino superior (DINIZ, 2021). Essa lacuna que “separa” os discentes com deficiência dos professores e colegas sem deficiência no ambiente de sala de aula é o ponto mais crucial no contexto do ensino superior, palco desta pesquisa.

A Ufac aderiu ao sistema de cotas antes mesmo da vigência da Lei nº 13409/2016 e, em certa medida, oferece recursos, condições pedagógicas e profissionais qualificados no âmbito da educação especial na perspectiva inclusiva. Mesmo assim, há um entrave na aplicabilidade do currículo deixando o público-alvo da Educação Especial muitas vezes sem ter como participar das aulas, mesmo estando presentes juntos aos demais acadêmicos, situação relatada por algumas PcD durante as entrevistas da pesquisa em tela.

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como estatuto da pessoa com deficiência, traz orientações sobre os direitos e garantias a este público, inclusive no âmbito educacional, tanto do ponto de vista histórico e dos avanços, quanto da proposta educacional na perspectiva da Educação Inclusiva. Este estatuto é um símbolo de muitas lutas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Apesar da resistência sistêmica e societária, o Brasil vem avançando gradativamente no processo inclusivo, ao menos do ponto de vista legal, uma vez que já existe um arcabouço de legislação voltada às garantias de seus direitos fato preponderante ao acesso, permanência, conclusão dos estudos e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, nos art. 58 e 59, trata especificamente sobre a Educação Especial, os quais asseguram os direitos dos alunos PcD, ante a transversalidade da educação especial por meio do atendimento educacional especializado, aplicando-se também ao ensino superior.

Há toda uma discussão ética nos debates sobre a inclusão. A partir da perspectiva que estou aqui adotando, penso que o principal a dizer sobre isso é que não basta argumentar a favor da inclusão tomando como tranquilo um imperativo naturalizante — do tipo "direito à vida", quando "vida" é tomado no seu sentido fundamental, natural — pois, como vimos a norma não é nada que está na Natureza. É fácil ver que esse tipo de argumento entende o uso social da norma como um "mau uso", como um desvio (a ser corrigido) em relação a um estado natural, original e prévio — neutro, diriam alguns; bom, diriam outros. Um estado natural em relação ao qual o Homem — esse ser visto como imperfeito, ou ignorante, ou cego, ou egoísta, ou ainda na sua minoridade — teria se afastado, se desencaminhado e ao qual deveria retornar, por obra do nosso esclarecimento — filosófico, científico, psicológico, pedagógico — e de nossa militância — política. O caráter platônico desse tipo de entendimento é mais que evidente.



Meu argumento vai em outro sentido. Como: a norma exclui "sem que essa exclusão implique um juízo prévio de natureza (VEIGA NETO, 2001).

Os argumentos de Veiga Neto (2001) coadunam com Sasaki (2009) no tocante às terminologias com que são tratadas as pessoas com deficiência, nas entrelinhas funcionam como uma forma de “marcar” os sujeitos a partir de características que os “diferenciam dos outros, passando a ser elemento identitário do indivíduo ou grupos (cego, surdos e outros). Discursivamente perdem suas identidades sociais, como até seu nome de registro, que dá lugar ao constructo sociopolítico engendrado na sociedade.

O capacitismo estrutural é uma prática discriminatória com as pessoas com deficiência, que se manifesta em todos os âmbitos da sociedade há centenas de anos, passando de geração em geração. Desde os primeiros registros históricos que abordam sobre as pessoas com alguma deficiência congênita ou adquirida, elas são apresentadas como incapazes de proverem sua própria sobrevivência, independentemente dos modos de produção adotados (DINIZ, 2021).

No Brasil, assim como em outros países, atualmente tem-se em vigência o processo de inclusão dessas pessoas em todos os ambientes da sociedade. Contudo, cabe lembrar que isto deve-se a muitas lutas das próprias PcD, instituições familiares e amigos, que resultou numa vasta legislação específica em prol dos seus direitos individuais e coletivo. Caso contrário, sem esse suporte legal seriam certamente elididas do usufruto de pertencimento aos espaços sociais.

De acordo com (DINIZ, 2021), a proposta da educação inclusiva por intermédio do Núcleo de acessibilidade não consegue sensibilizar o corpo docente a flexibilizar e adaptar o currículo e nem a comunidade acadêmica no sentido de minimizar a exclusão dentro e fora do ensino superior. Os fatores pedagógico e social interferem na interação/comunicação de professor/alunos com deficiência, porque os professores estão acostumados com seus planos de aula e a lidarem com alunos “ditos normais”.

Muito se fala de como formar educadores para a diversidade, “ensiná-los como incluir estudantes com deficiência”. O que não se atêm é trabalhar a raiz do problema, que é investigar o que impede que tal formação aconteça, como condicionar os docentes a viabilizar o currículo de forma acessível aos estudantes com deficiência e como combater a exclusão no contexto das instituições de ensino (FURLAN et al. 2020; DINIZ, 2021).

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

A problemática da exclusão enfrentada pelos alunos com deficiência nos ambientes educacionais, invisibilizada na sutileza do discurso, segue sendo um entrave a ser encarado num processo de responsabilização mútua: Estado-Família-Sociedade.

As instituições de ensino, ao passo que exercem um papel relevante na construção das relações sociais, apresentam-se multidimensionalmente, cujo alcance nem sempre resulta totalmente em ações benéficas a todos os sujeitos envolvidos, deixando diversas indagações a serem analisadas, discutidas, respondidas e postas em prática, com vistas a uma escola de fato inclusiva, conforme o excerto: “Inclusão Escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas” (SILVA, 2017, p. 7).

Conforme CARVALHO-FREITAS E MARQUES (2010); DINIZ, OLIVEIRA E FREITAS (2021), oportunizar vez e voz a essas pessoas que vivenciam preconceito e discriminação no ambiente de sala-de-aula, além de constrangimentos diversos/reações na escola, é uma maneira de tornar a escrita mais real que discute o outro a partir da visão deste, que por sua vez vale-se do seu próprio olhar acerca de si mesmo para narrar sua realidade frente a temporalidade e ao contexto espacial, político e educacional.

No discurso a inclusão ocupa lugar de destaque na sociedade, porém na realidade não se reflete em resultado efetivo, pois as intervenções didático-pedagógicas insistem em se inovarem apenas nos aspectos discursivos, enquanto a atuação docente permanece focada em atender as exigências curriculares. Portanto, os saberes dos professores necessitam de aprimoramentos que os capacitem a ofertar formação integral a fim de incutir na sociedade novos olhares, saberes e práticas que eliminem todas as formas de exclusão (FILGUEIRA, 2011).

A inclusão deveria ser uma temática discutida e praticada desde o início da vida escolar das crianças, bem como no seio familiar, para que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas como ser humano capaz de prover sua própria sobrevivência sem serem taxadas de incapazes pelas ações capacitistas que se replicam nos mais diversos setores sociais: escola, trabalho, dentre outros (CARVALHO-FREITAS e MARQUES, 2010).

A seguir destacam-se relatos de duas pessoas com deficiência visual, profissionais da área da Educação Inclusiva:

Participante A - Ao longo da minha trajetória vivenciando práticas de exclusão comigo e com demais pessoas público-alvo da Educação Especial, tenho pensado sobre isto, observando a dinâmica dos alunos com deficiência: reclamações diversas, sugestões, angústia, desistência, trancamento de cursos, vários anos num curso, conflito com professores, denúncia ao ministério público, críticas aos professores de salas de recursos e ao Núcleo de Apoio à Inclusão, etc. São questões que merecem uma atenção nos âmbitos educacionais, político e científico, pois essas pessoas sofrem exclusão diversas, cabendo ao Estado/escola, família e sociedade fazerem sua parte para haver inclusão de fato, perceba que a legislação envolve todos menos os sujeitos com deficiência em seu processo inclusivo. Os apelidos, bullying, desprezo, são alguns fatores que configuram em exclusão das pessoas com deficiência, haja vista que na maioria das vezes essas pessoas são identificadas pela deficiência (aquele ceguinho, aquela surda, você viu a aleijadinha que fica aqui na recepção? Na minha turma tem um retardado/mongoloide, o caolho hoje não veio à aula, etc). Na realidade, tais formas de tratamento são preconceituosas e discriminatórias porque antes da deficiência deve vir os sujeitos, eles têm nome, língua e identidade, cujo respeito às diferenças seja o ponto equânime entre todos e que as nomenclaturas que definem as especificidades individuais ou coletivas precisam ser ditas de maneira correta, como o termo pessoa com deficiência vigente na atualidade (BRASIL, 2006; SASSAKI, 2009) (Fonte: Entrevista com participante A).

A participante A também expõe suas angústias conforme a seguinte abordagem: para ela um dos pontos mais instigante é o conformismo com que quem está vivenciando o fato age. Parece que deixar um colega no canto da sala, quando o grupo que o aceita para fazer trabalhos junto não está presente, é normal e que nada está acontecendo. Não se houve uma voz de solidariedade nem dos docentes, nem dos colegas. A PcD é que muitas vezes tem que pedir para fazer parte de outros grupos para não serem prejudicadas nas atividades. Também afirma vivenciar exclusão, silenciamento, invisibilidade no seu setor de trabalho e que grande parte dos profissionais que atuam na área da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, são menos acessíveis que aqueles que sequer conhece ou domina tal área.

É relevante ter em mente que a inclusão é um direito legítimo, cabendo ao estado, a família e a sociedade ofertar condições de acessibilidade em todos os âmbitos sociais, garantindo autonomia, respeito às diferenças e equidade, sem que as PcD sejam penalizadas por sua condição de pessoa com deficiência e, principalmente, incluam os sujeitos PcD na construção de seus interesses que desconstruam o discurso e práticas capacitistas, assumindo uma Educação para todos (MANTOAN, 2012; VYGOTSKY, 1988; BRASIL, 2015).

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

Outra questão que lhe inquieta é o discurso constituído nas escritas e oratórias, que fala de uma inclusão romântica, que acolhe e é solidária, que as instituições de ensino e as pessoas são inclusivas e tratam as PcD de maneira igual independente das diferenças. Todavia, o que se vê na realidade são discentes que só estão nos espaços educacionais por força da legislação, que já se apresenta bastante robusta no que diz respeito aos direitos dessas pessoas, como a Lei de Cotas (BRASIL, 2016).

Na prática, as ações não correspondem ao discurso conformador dos sujeitos sociais que tendem a “mergulhar” no que diz o senso comum, sem lançar mão da criticidade, da ética, do amor ao próximo, do respeito e da dialogicidade para transformar-se no sentido de construir um devir mais humanizado (FREIRE, 2011). Isto pode ser observado na fala do Participante B:

*Participante B - Sou pessoa com deficiência visual/baixa visão e no decorrer da minha trajetória profissional já trabalhei como professor, mediador de alunos PcD, professor de ensino fundamental, cuja turma tinha estudantes com deficiência; professor de informática para cegos e baixa visão; na graduação de filosofia/UFAC tive colegas PcD, além de eu sofrer preconceito e exclusão presenciei diversas ações de preconceito e discriminação contra essas pessoas em sala de aula, e em conversa com outras percebi que isto ocorre frequentemente em níveis de ensino, cursos e turnos variados. Sabendo que a exclusão na sala de aula é um fator que entrava o aprendizado dos estudantes com deficiência, faz-se necessário que a instituição, o Núcleo de Apoio à Inclusão e pesquisas como esta, unam esforços no combate a atitudes desprezíveis que nada têm a contribuir no processo inclusivo no mencionado espaço educacional, ao contrário, muito vem prejudicando o bem comum entre todos os discentes (Fonte: Entrevista com participante B).*

É importante salientar que as políticas educacionais brasileiras voltadas às PcD, bem como as literaturas no geral, priorizam a educação básica. Já o ensino superior carece de atenção mais efetiva, nas entrelinhas deixa transparecer que essas pessoas não teriam praticamente chances de adentrarem os muros das Universidades, pois o capacitismo, que é uma forma de discriminação que se ancora no discurso de incapacidade dessas pessoas, é estrutural. A sociedade prefere cativar a cultura da inferiorização dos sujeitos em detrimento de outros, ao passo que os espaços educacionais oportunizam acesso, as barreiras existentes, exclui, julga e separa aqueles que fogem ao padrão biopsicossocial (VEIGA; NETO; 2001; DINIZ, 2007; FURLAN et al., 2020).

### **Manifestações dos acadêmicos PcD**

Destacamos manifestações individuais e coletivas dos acadêmicos PcD (cadeirantes (tetraplégica e outras deficiências físicas), cegas, baixa visão, surdas, autistas, com múltiplas deficiências, com paralisia cerebral, deficiência intelectual e com altas habilidades/superdotação). Os dados foram obtidos em entrevistas com os discentes em abril (2022) visando analisar a realidade por que passam estes estudantes no universo do ensino superior. Foi solicitado que os participantes relatassem sucintamente suas percepções em contexto Universitário.

Foi adotada a letra C para as frases coletivas e a letral para frases individuais:

I) "... É nada que se possa ver. Meu caso é que me destaco significativamente nas artes (desenhos, tatuagens, etc)".

I) "O ensino superior enquanto inclui, exclui, visto que os professores não dispõem de formação para lidar com os alunos PcD e nem a comunidade acadêmica está disposta a fazer sua parte".

C) "No ambiente de sala de aula na Ufac somos sim excluídos. Se não fossem os monitores e alguns professores que se preocupam com a inclusão, a gente provavelmente nem terminaria os cursos. É muito difícil a gente saber que só estamos ali naquele espaço acadêmico por força de lei" (27 dos 29 participantes).

C) "Sofro exclusão não só na Ufac, mas por onde estudei" (28 dos 29 participantes).

C) "As pessoas não acreditam que nós temos capacidade de cursar uma faculdade e ser bons profissionais" (24 dos 29 participantes).

C) "A sociedade deveria repensar suas práticas, somos vítimas de tantas injustiças, preconceitos e discriminação de modo gratuito" (28 dos 29 participantes).

C) "Sabemos que apesar dos avanços, a inclusão das pessoas com deficiência ainda carece de muitas mudanças na sociedade, principalmente de atitude" (29 participantes).

C) "Há exclusão sim na sala de aula no ensino superior e não é só na UFAC, vários de nós já passamos por isso em outras instituições" (27 dos 29 participantes).

I) "Tenho altas habilidades e nunca notei diferença na sala de aula, talvez seja por não apresentar trejeito".

Perceba que a fala do educando com altas habilidades/superdotação denota que ao passo que os sujeitos não apresentam "marcas" preconizadas de exclusão social, esses

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

sujeitos não sofrem deslocamento de “identidade”, mantendo-se no padrão aceitável e, assim sendo, não são rotuladas pelos olhares que “advertem”, “denunciam”, “condenam” e os enquadram nos grupos tidos como socialmente excluídos (VEIGA NETO, 2001; ALVES, 2009).

No quadro subsequente destacam-se trechos de falas dos estudantes com deficiência:

**Figura 1:** Percepção dos estudantes PcD acerca do processo inclusivo na Ufac.

<ul style="list-style-type: none"><li>Desde pequeno luto sem baixar a cabeça, mesmo com todo sacrifício de ter que conviver com a exclusão, parece que ser cego é contagioso! A gente fica com as pessoas, porém se sente isolado é doloroso.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Sempre foi um sonho estudar na Universidade, só não imaginei que barreiras atitudinais fossem me causar tantas dificuldades: depressão, baixa estima, muitas dores, principalmente psicológicas.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Acredito que apesar do núcleo de apoio a inclusão já prestar um relevante trabalho, deve ofertar formação continuada aos professores para lidar com estudante PcD.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Sou Surdo e os professores não adaptam os materiais, a comunicação é reduzida, eles não sabem libras, isso prejudica o ensino/aprendizagem.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>O discurso é muito lindo, mas a prática permanece excludente. As pessoas são julgadas pela sua deficiência “somos” aqueles outros diferentes, etc. Como se a gente fosse menos humano.</li></ul>

Fonte: Entrevista com os participantes (2021).

Um estudo sobre a avaliação do ensino superior no Brasil, realizado por Casiragh, Aragão (2021), concluiu dentre outras questões, que apesar das instituições públicas federais apresentarem maior desempenho acadêmico, se constatou indicadores de desigualdades: o sexo masculino obteve melhor rendimento, seguido de pessoas brancas, poder aquisitivo elevado, filhos de pais com nível de escolaridade alto, entre outras menções como regiões geográficas. Além disto, apresentou uma lacuna enorme entre os grupos privilegiados e os menos favorecidos, tais fatores são refletidos nos trechos de falas supracitadas dos acadêmicos com deficiência da Universidade Federal do Acre/Brasil (CASIRAGHI; ARAGÃO, 2021).

Borges et al. (2013) complementa as discussões teórico-práticas deste estudo, pois aborda sobre os principais pilares da inclusão e reconhece que os obstáculos devem ser

trabalhados com os professores e com a comunidade escolar. Destaca que o ensino superior requer novos olhares, saberes e fazeres que tenham por finalidade uma formação humana na perspectiva da diversidade social que respeite as diferenças e atuem num processo colaborativo que resulte na redução das desigualdades, com vistas a um devir mais humanizado.

### **Conclusão**

Assim, a presente investigação científica analisou e discutiu questões que instigam reflexões e novos debates acerca da inclusão no ensino superior a partir da realidade da UFAC, pois o capacitismo silenciado no discurso é catastrófico nas ações, cujos resultados prejudicam diretamente as pessoas com deficiência e, por conseguinte, todos os que se identificam com sua luta histórica de resistência e seus familiares.

O discurso intencional se ocupa em atenuar os efeitos das práticas capacitistas enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Porém, esta forma de abrandar as dores vivenciadas por estes sujeitos se realiza na sutileza discursiva. No entanto, na realidade seus sofreres seguem ganhando conotações físicas, psicológicas e sócio-emocionais irreparáveis.

As revistas científicas, que funcionam como difusores de saberes e práticas científicas, são de grande relevância social por difundir temáticas urgentes como esta. No entanto, no contexto das universidades tais debates ainda são pouco explorados, seja pela oralidade, seja pela escrita. Registre-se que oportunizar discussões acerca do processo de exclusão explícita ou velada das pessoas com deficiência no universo acadêmico também é um ato colaborativo e inclusivo.

Ante a triste realidade constatada e reflexões propostas neste estudo, espera-se que seja dada continuidade a tais discussões, objetivando contribuir no sentido de combater as práticas de exclusão em todos os espaços acadêmicos, haja vista a urgência de se combater as ações excludentes de todas as formas na sociedade brasileira.

### **Referências**

ALVES, F. Inclusão - **Muitos Olhares, Vários Caminhos E: UM GRANDE DESAFIO.** 4ª ed. Editora Wak, 2009.

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

BORGES, A. C. et al. Reflexões sobre a Inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores. **Anais do III Congresso Acadêmico-Científico: educação, tecnologia e interdisciplinaridade**. v. 3, 2013. Disponível em: [http://www.anais.ueg.br/index.php/congresso\\_acac/article/view/2066](http://www.anais.ueg.br/index.php/congresso_acac/article/view/2066). Acesso: 14 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Decreto N° 6.949**, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 147° da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei N° 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 12 nov. 2021.

CABRAL, V. N. de; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 45, n. 4, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/105412>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CASIRAGHI, B.; ARAGÃO, J. C. S. . Avaliação do Ensino Superior brasileiro: Desempenho dos estudantes em formação geral . **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 34, n. 1,



2021. DOI: 10.21814/rpe.20821. Disponível em:  
<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/20821>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 23, n. 1 Bauru jan/mar. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 100-129, 2010.

CORRENT, N. Da Antiguidade a Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, n. 89, 22 set. 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidadedeficiencia-e-suasconcepcoes>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

DINIZ, A. **A Inclusão dos Estudantes com Deficiência Visual no Instituto Federal do Acre sob Múltiplos Olhares numa Perspectiva Colaborativa. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)**. 2021.

DINIZ, A.; FREITAS, C. G.; OLIVEIRA, V. N. A PERCEPÇÃO DOCENTE sobre a INCLUSÃO dos EDUCANDOS DEFICIENTES VISUAIS. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 21, 2021.

DINIZ, Debora. 2007. O que é deficiência São Paulo: Editora Brasiliense.  
Ferreira Netto. L. R. Barreiras Atitudinais. **Site Info Escola**. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acessado em: 06 abr. 2023.

FERRARI, M. A. L.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol. cienc. prof. [online]**. 2007, v. 27, n.4, p.636-647.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009 (Coleção Saberes).

FILGUEIRA, E. **O Que é Educação Inclusiva**. 1ª ed. Editora brasiliense, 2011.

FURLAN, E. G. M., et al. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 416-438, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

*Inclusão no discurso e exclusão na prática: realidade vivenciada por educandos com deficiência no ensino superior na região norte do Brasil*

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em: 22 jul. 2021.

LEITE, Flavia Piva Almeida. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual. **Revista de Direito Brasileira**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 31-53, jul/dez 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças? Com Ciência** (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escolados-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as\\_Maria-Teresa-Mantoan.pdf](file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escolados-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf). Acesso em: 03 abr. 2023

**MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SILVA, M. A. L. O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais e o Processo de Inclusão no Ensino Regular. **IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, João Pessoa – PB, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. Campinas: Proposições, 2001. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

## **Sobre os autores**

### **Antonia Diniz**

Possui graduação em Letras pela Universidade Norte do Paraná -UNOPAR (2010). Especialista em Educação Inclusiva. É Servidora da Universidade Federal do Acre –UFAC, atuando como técnica em assuntos educacionais. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Orientação Educacional e ensino de pessoas com Deficiência visual – DV. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5062-9075> . URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3273257780160942> . E-mail [antonia.diniz1@gmail.com](mailto:antonia.diniz1@gmail.com)

### **Ricardo dos Santos Pereira**

Possui Licenciatura em Ciências Biológicas (2004) e Bacharelado em Biologia do Desenvolvimento (2005) pela Universidade Federal Fluminense (IB/UFF). Realizou o Mestrado em Ciências/Bioquímica (2007) pelo Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IQ/UFRJ). Concluiu o Doutorado em Ciências/Biologia Celular e Molecular (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz). Atualmente é Professor EBTT/IFAC (Biologia), onde atua no Ensino Médio Integrado (CXA/IFAC), na Especialização

em Educação Profissional e Tecnológica (CRB/IFAC), no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFAC), como Coordenador do Projeto "Espaço IFAC de Ciências" e como Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de Biociências (GPEnBio/CNPq/IFAC). Mais recentemente (2019) iniciou o Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Biotecnologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7148-5055>. URL Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4372251203476914>. E-mail: [ricardo.pereira@ifac.edu.br](mailto:ricardo.pereira@ifac.edu.br).

#### **Valdirene Nascimento da Silva Oliveira**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense- UFF. Mestra em Letras: linguagem e Identidade - UFAC. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre - UFAC. Especializações em: Pedagogia Gestora. Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias em Educação - PUC/Rio. Docente EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6731-7032>. URL lattes: <http://lattes.cnpq.br/0526671133273062>. E-mail: [valdirene.oliveira@ifac.edu.br](mailto:valdirene.oliveira@ifac.edu.br)

Recebido em: 08/11/2022

Aceito para publicação em: 29/03/2023